

20/07/2011

**Estatal administra planos de governo**

**Dilma demite mais seis dos Transportes e mira superintendências**

**Odebrecht fecha valor para estádio com Corinthians: R\$ 820 milhões**

**Rossi bate recorde em lançamentos do segundo trimestre**

**Aquila pretende pedir reembolso à Vale por disputa de projeto**

**Transnordestina e Odebrecht podem ser condenadas a pagar R\$ 60 milhões**

**MRV fecha segundo trimestre com redução de 1% nas vendas**

**Ministério Público pede a Dnit que suste contrato no ES**

**Infraero fará obras de R\$ 86 mi sem licitação no aeroporto de Cumbica**

**Ibama suspende licença ambiental da ferrovia Oeste-Leste na Bahia**

**Prefeitura vai reinaugurar teatro que será demolido**

**Prefeito de São Paulo assina incentivos fiscais ao Itaqueração nesta quarta**

**Torre Digital: obra do novo cartão postal está parada por falta de verba**

**Projeto visa construção de calçadas para facilitar acesso de pedestres**

**Petista controla obra na BR-101 com histórico de 268 aditivos e custo de quase R\$ 2 bilhões**

**Na Rocinha, construção de planos inclinados, creches e mercado está parada**

**BRs fundamentais para o país aguardam obras**

**Entidade avalia demora para execução de obras para a Copa no Brasil**

**Moradores do Sion temem mudanças em projeto que altera classificação de ruas**

**Modelo de ferrovia é assunto de seminário**

**Ramos Transportes planeja novo terminal de R\$ 50 milhões**

**Logística de guerra para montar Belo Monte no Pará**

**Aeroporto de Fortaleza recebe licença de instalação para obras de ampliação**

**Governo reunirá bancada federal para discutir recursos para os portos de Paranaguá e Antonina**

**Veículo: Valor econômico**

**Data: 20/07/2011**

### **Estatal administra planos de governo**

O presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, acredita que os resultados positivos da companhia aparecem muito pouco. O executivo elogia ações como o Proinfa, que desde sua implementação reduziu o custo da energia eólica de R\$ 300 o MW/h para R\$ 130 o MW/h. "Além de viabilizar preço competitivo, [o Proinfa] trouxe para o Brasil pelo menos seis fábricas de aerogeradores que atendem o mercado interno e até exportam."

Carvalho Neto menciona ainda outro programa de governo, o Luz para Todos, que já atende 13 milhões de pessoas em mais de 2,6 milhões de residência, superando as metas iniciais. O Procel, de eficiência energética, também é citado e o executivo lembra que, no ano passado, o programa permitiu uma economia correspondente à adição de uma usina de 1.500 MW ao sistema elétrico.

A responsabilidade por tantos programas do governo gerenciados pela empresas, nem todos rentáveis e outros sob suspeita de beneficiar apenas o grupo, como é o caso da Reserva Global de Reversão (RGR), são uma mostra de como a empresa está distante do sonho de boa parte dos investidores privados que têm ações da companhia na carteira. O executivo diz que eles não pesam no resultado. "Isso é o resultado que a empresa dá para a sociedade, que considero muito importante", afirma.

No ano passado o lucro líquido consolidado da Eletrobras foi de R\$ 2,25 bilhões. O presidente da companhia também defende a estratégia de internacionalização, inclusive a possível aquisição de uma fatia da EDP, de quem a Eletrobras é sócia nas usinas Lajeado e Peixe Angical. A estratégia, segundo Carvalho Neto, é investir nos negócios internacionais apenas 10% do orçamento da Eletrobras, que este ano é de R\$ 10 bilhões.

Carvalho Neto revela que o interesse inicial na EDP era comprar uma fatia de 5% para conseguir um assento no conselho de administração, além de adquirir parte da operação de usinas eólicas nos Estados Unidos. "Aí aconteceu esse problema de crise econômica de Portugal e hoje a gente não sabe se o governo português gostaria de ficar ainda com uma parcela da EDP ou se quer privatizar tudo", explica, acrescentando que ainda não há definição sobre a estratégia que a Eletrobras utilizará para comprar a fatia que o governo português deverá colocar à venda. "Temos que ver as condições. Dependendo de como for, poderemos nos interessar ou não", destaca.

A defesa da internacionalização não fica apenas na compra de uma fatia na EDP. Carvalho Neto rebate riscos à construção de usinas em países vizinhos e se mostra otimista em relação ao projeto da hidrelétrica de Inambari, no Peru, que teve a concessão suspensa. Para ele, basta que seja criado um arcabouço jurídico baseado em tratados entre o Brasil e as nações vizinhas, a exemplo do que acontece em Itaipu. "Quando vamos entrar em projeto desse tipo, primeira coisa que tem de ter é tratado entre os países", diz. **(CS e RR)**

[<volta>](#)

**Veículo: Valor econômico**

**Data: 20/07/2011**

### **Dilma demite mais seis dos Transportes e mira superintendências**

O governo começou a dar sinais de que pretende se antecipar às denúncias diárias que rodeiam a cúpula dos Transportes. Ontem, mais seis pessoas envolvidas com os escândalos do Ministério dos Transportes foram exoneradas. O corte foi assinado pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e o ministro dos Transportes, Paulo Passos.

Entre as exonerações estão os servidores Estevam Pedrosa, subsecretário de assuntos administrativos; Mauro Sérgio Almeida Fatureto, coordenador-geral de administração geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit); e Luiz Claudio dos Santos Varejão, coordenador-Geral de operações rodoviárias do Dnit, dispensas que, segundo o governo, já resultam do pente-fino e da reestruturação cobrada pela presidente Dilma Rousseff. Dessa forma, o governo pretende se antecipar às denúncias que têm sido expostas diariamente pela imprensa, em vez de apenas reagir à divulgação de um novo escândalo.

O próximo passo deverá atingir em cheio as superintendências do Dnit, uma área cinzenta e repleta de interesses que, de longe, extrapolam a mera execução de obras.

Desde que a cúpula dos Transportes mergulhou na crise, lideranças do PR têm insistido que a Pasta não é loteada politicamente e que essa postura também vale para o Dnit, responsável por toda a logística do país. Em audiências no Congresso, o diretor-geral do Dnit, Luiz Antônio Pagot, que oficialmente está em férias, afirmou que "o Dnit não é um feudo do PR" e que as nomeações são técnicos. Não é o que demonstram as nomeações das superintendências regionais da autarquia.

Levantamento feito pelo **Valor** aponta que, das 27 diretorias regionais do Dnit, distribuídas pelos 26 Estados do país mais o Distrito Federal, pelo menos 16 estão umbilicalmente ligadas às lideranças do PR (veja quadro). Nos Estados de Alagoas, Amazonas, Roraima, Mato Grosso do Sul, Pará, Amapá, São Paulo, Sergipe, Goiás e no Distrito Federal, a liderança está nas mãos de pessoas oficialmente filiadas ao partido. Nos Estados de Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco e Tocantins, o comando é feito por servidores não filiados ao PR, mas indicados por líderes do partido.

Entre os mais recentes integrantes do Partido da República está o superintendente do Dnit no Pará e Amapá, João Claudio Cordeiro da Silva Júnior. Servidor de carreira do extinto DNER, Silva Júnior assumiu o comando regional da autarquia apenas três dias depois de ter se filiado ao PR, em 5 de abril deste ano.

Ontem, Paulo Passos passou o dia reunido com técnicos no ministério para esmiuçar os grandes contratos do Dnit nos Estados, principalmente aqueles listados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na linha de frente do governo estão superintendências como a do Mato Grosso, coordenada por Nilton de Britto, suspeito de tráfico de influência envolvendo benefícios para a empreiteira de seu irmão, Milton de Brito, conforme denúncia publicada ontem pela "Folha de S.Paulo".

A regional do Dnit no Paraná também é alvo de uma análise cirúrgica pelo governo. Liderada por José da Silva Tiago, amigo de Luiz Antônio Pagot, a superintendência é alvo de suspeitas de irregularidades em obras rodoviárias na cidade de Maringá. Em Santa Catarina,

regional que está sob o comando do petista João José dos Santos, também são analisadas suspeitas de fraude em licitações para duplicação da BR-280.

No quartel general do Dnit, em Brasília, é esperada ainda a exoneração do diretor de infraestrutura rodoviária do Dnit, Hideraldo Caron, que é ligado ao PT. O presidente interino da Valec, Felipe Sanches, também está cotado para ser afastado.

Com tanta gente saindo, o governo tem suado a camisa para tentar repor os cargos. Na semana passada, a presidente Dilma Rousseff havia indicado o nome do contador e administrador Augusto César Carvalho Barbosa de Souza para assumir a diretoria de administração e finanças do Dnit. Nesta segunda-feira, voltou atrás e pediu ao Senado a retirada de pauta do nome de Souza.

A oposição apresentou ontem um requerimento em que solicita a convocação do ministro dos Transportes para que preste esclarecimentos sobre o número de contratos aditivos realizados em sua gestão na Pasta em 2010 e também sobre o volume de recursos autorizados durante o mesmo período.

Em outro documento, o líder do PSDB, Duarte Nogueira (SP) convida Frederico Dias, um assessor do Dnit que, de acordo com as acusações, despachava com políticos a liberações de obras. O deputado tucano protocolou ainda na Procuradoria Geral da República um aditamento para que também sejam investigados Gustavo Pereira, filho do ex-ministro Alfredo Nascimento; Hideraldo Caron, José Henrique Sadok, Antonio Felipe Sanches Costa. **(Colaborou Caio Junqueira, de Brasília)**

[<volta>](#)

**Veículo: Valor econômico**

**Data: 20/07/2011**

### **Odebrecht fecha valor para estádio com Corinthians: R\$ 820 milhões**

**SÃO PAULO** - Depois de um ano de negociações, a Odebrecht Infraestrutura confirmou hoje ao **Valor** que chegou a um acordo com o Sport Club Corinthians Paulista para fazer a engenharia e a construção do estádio no bairro de Itaquera, em São Paulo. O contrato, de R\$ 820 milhões, deve ser assinado nesta ou na próxima semana – de acordo com a construtora – e contará com linhas de financiamento especiais para a Copa do Mundo.

O Itaquerão, como vem sendo chamado, é um dos candidatos a receber a abertura do Mundial — a decisão ainda será confirmada oficialmente pela FIFA. Com arquitetura desenvolvida pelo Escritório Coutinho, Diegues, Cordeiro Arquitetura, a obra será contratada pelo regime de preço fixo e será custeada por duas fontes de recursos, segundo o clube. O Corinthians arcará diretamente com o que teria sido o custo do seu estádio, enquanto os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (CID) fornecerão os recursos exigidos pelo padrão FIFA para estádios que se credenciem como de abertura da Copa.

Em texto publicado sem seu site oficial, o Corinthians agradeceu a prefeitura de São Paulo, o governo do Estado, o governo federal e a Odebrecht pelo “mutirão de solidariedade” para fazer do estádio o palco da primeira partida do Mundial.

[<volta>](#)

**Veículo: Valor econômico**

**Data: 20/07/2011**

### **Rossi bate recorde em lançamentos do segundo trimestre**

**SÃO PAULO** - A construtora e incorporadora Rossi encerrou o segundo trimestre com recorde em lançamentos, que totalizaram no período R\$ 1,3 bilhão. Isso representa um avanço de 67% em relação ao mesmo intervalo do ano passado. O número corresponde exclusivamente à parcela da companhia nos empreendimentos e faz parte da prévia operacional divulgada na noite de ontem.

Entre abril e junho, as vendas contratadas totais alcançaram R\$ 882 milhões, 24% acima do saldo do segundo trimestre de 2010.

O destaque ficou por conta do segmento econômico, que representou 68% das unidades lançadas e 35% do Valor Geral das Vendas (VGV).

A velocidade de vendas (VSO) foi de 25% no período, próxima dos 26% registrados um ano antes. Ao fim de junho, o estoque final da incorporadora contabilizava R\$ 2,7 bilhões.

[<volta>](#)

**Veículo: Valor econômico**

**Data: 20/07/2011**

### **Aquila pretende pedir reembolso à Vale por disputa de projeto**

**SÃO PAULO** - A mineradora australiana Aquila Resources informou na noite de ontem que pretende pedir reembolso à Vale em função dos atrasos na resolução de uma disputa sobre um projeto de carvão na Austrália.

A disputa entre as duas companhias se dá em relação ao preço que a Vale deve pagar para exercer sua opção de compra dos 24,5% da participação da Aquila no projeto de carvão de coque de Belvedere. A mineradora australiana informou, em comunicado, que estima que o custo fique em torno de 2,8 bilhões de dólares australianos (US\$ 3 bilhões).

Ontem, de acordo com o informe da Aquila, a companhia brasileira apelou de uma decisão da Justiça de que as duas empresas precisam chegar a um consenso sobre quanto é o montante que a Vale deve pagar à Aquila por sua participação no multibilionário projeto de carvão australiano.

A Vale detém 75,5% do projeto e disse um ano atrás que planejava exercer sua opção de compra da participação da Aquila pelo um "valor justo de mercado".

[<volta>](#)

**Veículo: Valor econômico**

**Data: 20/07/2011**

### **Transnordestina e Odebrecht podem ser condenadas a pagar R\$ 60 milhões**

**SÃO PAULO** - Após uma força-tarefa inspecionar as obras na ferrovia Transnordestina, o Ministério Público do Trabalho ajuizou duas ações civis públicas em face da Construtora Norberto Odebrecht e da Transnordestina Logística, cujos principais acionistas são Companhia Siderúrgica Nacional (72% de participação), Valec (13%) e BNDESPar (6%). Juntas, as duas ações propostas pelo órgão somam pedidos de R\$ 60 milhões como condenação.

A ferrovia é uma das principais obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, e emprega pelo menos oito mil trabalhadores de acordo com o procurador do Trabalho Everson Carlos Rossi. Segundo ele, duas ações foram ajuizadas no mês de junho – ambas em face das duas empresas. As ações ainda não foram analisadas pela Justiça.

A primeira delas se refere ao meio ambiente de trabalho. Em Salgueiro e Araripina, no Estado de Pernambuco, foram constatadas em algumas frentes de trabalho a falta de água potável e ausência de banheiros químicos com lavatórios para as mãos.

“Também havia trabalhadores sem capacete e sem proteção de ouvidos adequada”, diz. A altura dos contêineres em que os trabalhadores ficam alojados também era inadequada, de acordo com o órgão. O MPT pede pagamento de R\$ 50 milhões por parte das empresas, como condenação.

Uma segunda ação refere-se às chamadas “horas in itinere”, tempo em que o trabalhador se desloca da residência ou do alojamento até o local de trabalho. Segundo o órgão, esse tempo – que chegaria a uma hora no caso desses trabalhadores – não era remunerado. O pedido de condenação é de R\$ 10 milhões.

O objetivo do governo é que as obras sejam concluídas até 2013. A Transnordestina terá 1.728 km de extensão e vai ligar a cidade de Eliseu Martins (PI) aos portos de Suape (PE) e Pecém (CE).

Procurada pela reportagem, a Odebrecht, que está respondendo pelas duas empresas, divulgou nota em que afirma atender “integralmente a legislação trabalhista”. Diz também que a empresa busca aprimorar “constantemente as questões de segurança e saúde no canteiro de obras” e que os esclarecimentos e defesas referentes às autuações foram apresentadas nos prazos estabelecidos.

[<volta>](#)

**Veículo: Valor econômico**

**Data: 20/07/2011**

### **MRV fecha segundo trimestre com redução de 1% nas vendas**

**SÃO PAULO** - A MRV Engenharia, empresa mineira com foco na baixa renda, teve vendas de R\$ 968,5 milhões no segundo trimestre, queda de 1% em relação ao mesmo período do ano passado e 16,5% acima do primeiro trimestre de 2011. No semestre, as vendas contratadas da construtora somaram R\$ 1,79 bilhão, aumento de 5% em relação às vendas

dos seis primeiros meses de 2010. A companhia atingiu 40% do ponto médio do guidance (projeção para o ano) de vendas. A companhia atingiu, no trimestre, a maior participação no programa Minha Casa, Minha Vida – 90% do que a empresa comercializou estava dentro do programa.

O segundo trimestre é período dos feirões da Caixa Econômica Federal, quando geralmente há um aumento das vendas das companhias de construção popular. A velocidade de vendas da companhia, que havia sido de 37% no segundo trimestre do ano passado e de 33,7% na média anual, caiu para 25% de abril a junho deste ano. No primeiro trimestre de 2011, a velocidade de vendas foi de 21%. “Seguramos um pouco os lançamentos para ter velocidade de vendas melhor”, disse ao Valor o presidente da MRV, Rubens Menin.

Os lançamentos da construtora no segundo trimestre totalizaram R\$ 751,1 milhões, queda de 33% em relação ao segundo trimestre do ano passado. Na comparação com o primeiro trimestre, houve um recuo de 28% em novos produtos. No semestre, os lançamentos somaram R\$ 1,794 bilhões, alta de 4% sobre o primeiro semestre do ano passado.

[<volta>](#)

**Veículo: Folha de S.P**

**Data: 20/07/2011**

### **Ministério Público pede a Dnit que suste contrato no ES**

O Ministério Público Federal pediu ontem ao Dnit a suspensão de um contrato sem licitação em que R\$ 66,8 milhões serão pagos pela duplicação de 6,2 quilômetros da BR-101. O contrato foi com uma empresa que doou para a campanha do senador Magno Malta (PR-ES).

A suspensão foi pedida ontem ao Dnit no Espírito Santo pelo procurador Fabrício Caser. Caso não seja atendido em cinco dias, Caser deve entrar na Justiça com outras medidas para impedir o pagamento das obras.

A Contractor, que doou R\$ 30 mil para a campanha de reeleição de Malta no ano passado, foi contratada para fazer a duplicação de um trecho da BR-101 que circunda a Grande Vitória

Na época em que o contrato foi firmado, em março do ano passado, o superintendente do órgão no Estado era Élio Bahia, indicado pelo PR.

A Contractor foi chamada depois que nenhuma empresa se apresentou para o serviço, de acordo com o atual superintendente no Espírito Santo, Halpher Luiggi.

O superintendente do Dnit disse acreditar que nenhuma das 30 empresas que baixaram o edital do serviço se interessou porque a rentabilidade seria insuficiente.

O superintendente afirmou que os R\$ 66 milhões incluem o custo da construção de nove viadutos, três pistas de cada lado da rodovia, desapropriações e outros serviços em Cariacica.

O escritório da Contractor afirmou que o proprietário estava no interior do Estado e não poderia ser localizado.

[<volta>](#)

**Veículo: Folha de S.P**

**Data: 20/07/2011**

### **Infraero fará obras de R\$ 86 mi sem licitação no aeroporto de Cumbica**

DE SÃO PAULO - A Infraero irá realizar duas obras sem licitação no aeroporto de Guarulhos, no valor total de R\$ 85,75 milhões.

Segundo a estatal, as obras serão contratadas em regime emergencial, para evitar colapsos devido ao fluxo de passageiros de Cumbica -o que a desobrigaria de abrir licitações.

A primeira obra -cujo contrato deverá ser assinado em breve- deve transformar o antigo hangar da Vasp em terminal remoto para passageiros.

A previsão é que a reforma termine em 180 dias após a assinatura do contrato e que fique pronta em dezembro.

Também sem licitação, a segunda obra deverá ser feita na sequência, para transformar o antigo hangar da Transbrasil em outro terminal remoto. Essa etapa deverá ficar pronta até maio de 2012.

[<volta>](#)

**Veículo: Folha de S.P**

**Data: 20/07/2011**

### **Ibama suspende licença ambiental da ferrovia Oeste-Leste na Bahia**

DE BRASÍLIA - O Ibama suspendeu anteontem a licença ambiental da ferrovia Oeste-Leste, uma das prioridades do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

De acordo com o órgão ambiental federal, a Valec, empresa estatal do setor de ferrovias que responde pela obra, não cumpriu condições socioambientais previstas na licença de instalação, concedida em novembro passado.

Os quatro trechos que tiveram licença suspensa, orçados em R\$ 2,5 bilhões, estão entre Caetitê e Ilhéus (BA). No total, a Oeste-Leste, que irá até Figueirópolis (TO), deverá consumir R\$ 7,4 bilhões.

O Ibama não detalhou o que não foi cumprido. A Valec informou que apresentará documentos com as medidas adotadas até o momento.

[<volta>](#)

**Veículo: Folha de S.P**

**Data: 20/07/2011**

### **Prefeitura vai reinaugar teatro que será demolido**

Após duas reformas em quatro anos a um custo de R\$ 605 mil, o teatro Décio de Almeida Prado reabre suas portas na sexta às 19h. Em alguns meses, será demolido.

Ele fica no chamado "quarteirão da cultura" do Itaim Bibi (zona oeste), incluído no projeto da prefeitura de troca de imóveis por creches.

Pela ideia, já aprovada na Câmara, ganha o imóvel a construtora que se oferecer para construir mais creches na periferia. São 20 terrenos no total. O mais valorizado é esse do Itaim Bibi, estimado em mais de R\$ 200 milhões, ou pelo menos 200 creches.

O prefeito Gilberto Kassab (PSD), quando anunciou a ideia em dezembro, disse que os equipamentos públicos existentes na área -três escolas, duas unidades de saúde, biblioteca

e teatro- seriam mantidos no terreno, em novos prédios construídos.

Já a unidade da Apae seria transferida para dois outros imóveis em regiões escolhidas pela própria instituição.

Há dez dias, no entanto, Kassab afirmou que a biblioteca Anne Frank e o teatro Décio de Almeida Prado serão demolidos. Em troca, a empreiteira que ganhar o terreno terá de construir, além das creches, três novos equipamentos culturais com biblioteca e teatro na periferia.

A prefeitura gastou R\$ 176 mil nessa última reforma, que incluiu a troca do telhado, de parte do piso e dos equipamentos de som.

Na reforma anterior, em 2007 e 2008, a prefeitura gastou R\$ 429 mil -incluindo parte da cenotecnia e um piano de cauda.

O teatro já tem programação fechada até o último fim de semana de agosto.

A prefeitura não confirmou se haverá cerimônia de reinauguração. Informou apenas que o teatro funcionará normalmente até a implantação do projeto.

Helcias Pádua, coordenador do movimento SOS Itaim Bibi, disse que não acredita que Kassab participe da reinauguração. O grupo que ele lidera é contrário à negociação do terreno. "Se ele não vier, nós mesmos vamos fazer a inauguração. O teatro está uma beleza."

[<volta>](#)

**Veículo: Correio Braziliense**

**Data: 20/07/2011**

### **Prefeito de São Paulo assina incentivos fiscais ao Itaquerão nesta quarta**

O Corinthians terá a oficialização dos incentivos fiscais para seu novo estádio na manhã desta quarta-feira. A partir das 10h, o prefeito Gilberto Kassab irá assinar a lei que libera R\$ 420 milhões em impostos no terreno da construção do Itaquerão, local que ficará à disposição para a Copa do Mundo de 2014.

No evento, o presidente corintiano Andrés Sanchez irá receber outras personalidades importantes, como o governador Geraldo Alckmin, além do Ministro do Esporte, Orlando Silva.

A ajuda fiscal foi aprovada no início do mês na Câmara Municipal de São Paulo. Na votação, 39 vereadores deram o aval ao projeto, enquanto 15 foram contrários.

Pelo Projeto de Lei 288/2011, a prefeitura é autorizada a liberar a emissão de Certidões de Incentivo ao Desenvolvimento (CID's) e descontos em impostos como IPTU e ISS. O incentivo é aberto para projetos que ajudam no desenvolvimento da zona leste da capital paulista.

O projeto do Itaquerão, com a participação da construtora Odebrecht, tem um orçamento de R\$ 820 milhões. Além da contribuição na lei de incentivos fiscais, o BNDES também irá ceder cerca de R\$ 400 milhões para a construção do estádio, que pode fazer parte da abertura da Copa do Mundo de 2014.

[<volta>](#)

**Veículo: Correio Braziliense**

**Data: 20/07/2011**

### **Torre Digital: obra do novo cartão postal está parada por falta de verba**

De praticamente todos os lugares e ângulos do Distrito Federal é possível avistar a Torre de TV Digital. Branquinha, com duas ramificações como se fossem dois galhos, a onipresente torre projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer é chamada de Flor do Cerrado. Na extremidade dos ramos ficam duas cúpulas, dentro das quais um fenômeno inverso ocorre: podemos ver toda a cidade.

A torre, que começou a despontar no horizonte há dois anos, está plantada na região do Grande Colorado, a área mais alta de Brasília. Ao nos aproximarmos da construção, compreendemos por que ela é vista de tão longe: tem 120m de altura e ainda falta uma antena de 50m, que será colocada no topo da estrutura de concreto.

Entrando na obra, o térreo local para lojas e estúdios de TV, a estrutura está quase pronta. Uma rampa de madeira dá acesso à torre; faz lembrar as fotos antigas da construção de Brasília. O chão da entrada ainda está no contrapiso. Os poucos operários vistos na construção montam um dos elevadores.

Subindo no prédio, o sétimo andar marcado na botoeira do elevador, estamos a uma altura de 60m. Nesse andar, sai o braço que leva à primeira cúpula da torre. Na passarela de acesso à cúpula, apenas um guarda-corpo separa o visitante da paisagem. Uma experiência, digamos, tridimensional. A sensação é de estar caminhando sobre o Cerrado. Na cúpula de vidro ainda vazia, temos a impressão de estar visitando Os Jetsons, desenho animado da década de 1960 de uma família que vive em um mundo futurista. Quando concluída, a obra deverá abrigar uma galeria para exposições.

A visão de 360 graus permite ver até mesmo a barragem de Santa Maria, oculta no meio do Parque Nacional de Brasília. É possível ver, também, a Apa de Cafuringa, após Sobradinho 2. O nono andar dá acesso à outra pétala. Semelhante à primeira, essa fica virada para a cidade-satélite do Paranoá, o Lago e o Plano Piloto. A 80m do chão é possível ter uma visão panorâmica de Sobradinho e dos condomínios do Colorado. Lá será montado um café. A ideia inicial era um restaurante, mas foi desaconselhada pelos bombeiros.

Para os mais supersticiosos, vai ser difícil chegar ao último andar, marcado com o número 13 no painel do elevador. Mas vale a pena arriscar: janelas redondas enormes parecidas com o Anexo 4 da Câmara Federal mostram uma vista maravilhosa de toda a cidade.

Uma pena é que na cobertura, onde será montada a antena digital, não será permitido o acesso a visitantes. A vista ampla do Planalto com somente o céu sobre nossa cabeça é inesquecível. Um verdadeiro observatório de onde se pode ver o pôr do sol de um lado e, do outro, o nascer da lua cheia. É experiência de tirar o fôlego!

Infelizmente, a obra só será concluída este ano se conseguir aditivo de verba. O orçamento previsto não foi suficiente e a Torre de TV Digital está praticamente parada.

[<volta>](#)

**Veículo: Correio Braziliense**

**Data: 20/07/2011**

### **Projeto visa construção de calçadas para facilitar acesso de pedestres**

Quem mora em Brasília já deve ter ouvido a expressão de que aqui é preciso ter braço, tronco e rodas para se locomover. O projeto de Ações Fiscais para a Acessibilidade pretende mudar isso a partir da construção de calçadas em torno de canteiros de obras e edificações privadas, para facilitar o acesso de pedestres. Esse projeto será discutido na quinta-feira (21/7) em uma reunião entre representantes da Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis) e a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi).

"Brasília precisa começar a trabalhar para os pedestres, entre eles, deficientes físicos. Aqui eles ficam em segundo plano, todos pensam em locomoção a partir de automóveis", afirmou a coordenadora do projeto da Agefis, Márcia Muniz. De acordo com ela, a reunião servirá para apresentar a metodologia de procedimento de como funcionará a fiscalização de todas as novas edificações e nas que estão andamento. "O fiscal terá um formulário com os tópicos que as pessoas devem seguir. E durante a vistoria para concluir a obra, será testada a condição de acessibilidade", explicou.

Segundo a coordenadora do projeto, a legislação do Código de Edificações do DF já prevê a exigência de calçadas. "Isso não representa um custo a mais para as empresas", afirmou. Ainda de acordo com Márcia, a implantação acontecerá a partir deste ano, com a parceria estabelecida com as empresas.

O presidente da Ademi, Adalberto Valadão, acredita que o setor imobiliário deve contribuir para a questão de mobilidade urbana. "A impressão que eu tenho é que iremos acatar a esse projeto e cumprir com as normas que já existem, é uma questão de cultura e implantação. É assim que a Ademi vai orientar", contou o presidente da associação.

[<volta>](#)

**Veículo: O Globo**

**Data: 20/07/2011**

### **Petista controla obra na BR-101 com histórico de 268 aditivos e custo de quase R\$ 2 bilhões**

BRASÍLIA - Controlada pelo diretor de Infraestrutura Rodoviária do Dnit, o petista gaúcho Hideraldo Caron, a obra de duplicação da BR-101, entre Palhoça (SC) e Osório (RS), trecho de 348 quilômetros de extensão, acumula histórico de 23 contratos, assinados nos últimos seis anos, e a marca de 268 termos aditivos que aumentaram o preço do empreendimento em pelo menos R\$ 317,7 milhões. O governo já gastou na obra - considerada a mais importante da última década no Sul do Brasil, devido à relevância para o turismo e o escoamento de cargas - quase R\$ 2 bilhões, com muitas suspeitas de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A conta deve crescer com a inclusão de pontes e túneis que ainda nem foram licitados. Apenas uma dessas obras que estão no papel - a construção da ponte sobre o canal Laranjeiras (SC) - foi contratada por R\$ 596 milhões. Falta, no entanto, o licenciamento ambiental. Atualmente, a previsão dos técnicos da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) é que o empreendimento não esteja concluído antes de 2015.

**Apadrinhado de Ideli teria mantido trechos parados**

No Rio Grande do Sul, os trabalhos na BR-101 estão praticamente concluídos. Em Santa Catarina, onde os serviços estão longe do fim, técnicos do governo do estado, parlamentares e especialistas do setor privado reclamam que o superintendente do Dnit, João José dos Santos, apadrinhado da ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, manteve trechos parados por até dois anos. Como resultado, além do atraso, criou-se um emaranhado de trocas de empreiteiras, que se alimentam dos incessantes termos aditivos. No Rio Grande do Sul, os valores também foram "chutados" para o alto.

O caso mais simbólico ocorreu no contrato para duplicação de um trecho da BR-101 em Morro Alto (RS). A obra, inicialmente orçada em R\$ 157 milhões, chegou a R\$ 272,6 milhões, após o contrato passar por 20 termos aditivos. A assinatura do 12º termo aumentou em 73% o valor originalmente previsto para construção de túneis, o que, segundo os auditores do TCU, fere o limite de 25%, fixado na Lei 8.666 (Lei de Licitações). Os técnicos do tribunal constataram que o Dnit fez estudos geológicos insuficientes. Como resultado, o projeto impreciso resultou no aumento exorbitante.

O diretor-geral do Dnit, Luiz Antonio Pagot, e demais dirigentes, entre eles Hideraldo Caron, só foram isentados de responsabilidade em 2011 porque, em sua análise, o relator do processo, ministro André Luís de Carvalho, considerou o caso uma "excepcionalidade". Até os projetos para fiscalizar e acompanhar a execução física de obras - considerando-se os aditivos - ficam com seus orçamentos no passado e chegam a crescer 127%. Foi o que ocorreu com o contrato firmado com a consultoria técnica Enecon, que passou de R\$ 32,9 milhões para R\$ 75 milhões. Uma diferença de R\$ 42 milhões.

Trecho a trecho, a obra ganha em preço, sem que a população consiga perceber avanços significativos em sua execução. O contrato do lote 25, em Santa Catarina, firmado com a construtora Araguaia, já passou por 11 aditivos, que incrementaram o valor inicial em R\$ 16,5 milhões.

#### **Conclusão está prevista para meados de 2012**

Com conclusão prevista para meados de 2012, esse trecho, diz a Fiesc, é o pior:

"Atualmente trata-se do segmento mais crítico das obras de duplicação, com grande número de obras de arte (viadutos, pontes) paralisadas e/ou não iniciadas, que poderá comprometer a segurança e o prazo ora previsto".

Em nota ao GLOBO, o Dnit informa que a elevação de R\$ 120 milhões do trecho de Morro Alto ocorreu porque o projeto teve que ser adequado para a execução de um túnel. Sobre o salto do contrato de supervisão, o órgão argumenta que ocorreu "em função das prorrogações de prazo para conclusão".

Sobre o aumento de mais de R\$ 300 milhões em aditivos na mesma obra, o Dnit argumentou: "Em relação aos aumentos de valor, correspondem aos acréscimos de quantitativos necessários para a plena execução do objeto. Dependendo da complexidade da obra e das condições locais de cada empreendimento, é que se apresentam ou não aumentos de quantitativos e, por consequência, aumento de valor".

[<volta>](#)

**Veículo: O Globo**

**Data: 20/07/2011**

#### **Na Rocinha, construção de planos inclinados, creches e mercado está parada**

RIO - Do asfalto, a passarela com as curvas de Oscar Niemeyer e o Centro Esportivo, na Autoestrada Lagoa-Barra, podem dar a impressão de que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Rocinha já é um projeto consolidado. Mais de três anos depois do início dos trabalhos, porém, as obras pararam. A construção de dois planos inclinados e de um mercado popular, a finalização de uma creche e a reurbanização do Largo dos Boiadeiros ficaram pelo meio do caminho. A Secretaria estadual de Obras informou que

aguarda uma verba de R\$ 51 milhões do governo federal para a conclusão. Fora do PAC, outro projeto importante para a comunidade também está emperrado: o Parque Ecológico, que inclui a instalação de ecolimites para coibir o crescimento irregular.

Até agora, verbas de R\$ 219,3 milhões

De acordo com a Secretaria estadual de Obras, dificuldades encontradas na abertura da Rua 4 - viela de 60cm de largura transformada num novo caminho, de até 12 metros de largura - foram o imprevisto que causou o pedido de mais verbas. Ali, segundo o órgão, ficou constatado que eram necessárias obras adicionais, principalmente de contenção, para evitar que as casas remanescentes pudessem levar risco aos moradores da parte baixa, em caso de chuvas fortes. Até agora, já foram gastos no PAC da Rocinha R\$ 219,3 milhões, sendo R\$ 120,3 milhões da União e o restante dos cofres do estado.

Os planos inclinados, projetos semelhantes ao implantado no Morro Dona Marta, são uma das grandes decepções para os moradores da Rocinha. Um ligaria o acesso principal à Rua 1. O outro, a Rua 2 à Rua do Valão. Do primeiro, até agora há apenas o esqueleto. O segundo projeto foi abortado: a Secretaria de Obras informou que está desenvolvendo a construção de um teleférico.

O clima aqui é de decepção. E, no caso das famílias que estão na área do plano inclinado que ligaria a Rua do Valão à Rua 2, o sentimento é de apreensão. Mais de 200 moradores foram notificados porque teriam de sair dali. Eles estão preocupados diante da incerteza - O clima aqui é de decepção. E, no caso das famílias que estão na área do plano inclinado que ligaria a Rua do Valão à Rua 2, o sentimento é de apreensão. Mais de 200 moradores foram notificados porque teriam de sair dali. Eles estão preocupados diante da incerteza - reclamou José Martins de Oliveira, morador da comunidade.

No mês passado, o estado publicou, em Diário Oficial, a suspensão temporária da contagem do tempo de contrato com a empresa Midas Engenharia para a execução do Parque Ecológico, por indisponibilidade de verbas. Ainda faltam cerca de 30% de obras a serem feitas. O plano inclinado da Rua 2, que foi abortado, incluía o parque em seu roteiro.

Outra questão que preocupa na Rocinha e ainda parece longe de solução é o saneamento, que limitou-se à Rua 4 nas intervenções do PAC. Arquiteto que projetou o Centro Esportivo, Luiz Carlos Toledo ressalta que a comunidade ainda está carente de obras:

- Se eu pudesse escolher uma obra na Rocinha, ficaria com o saneamento básico. Falta completar a rede de esgoto e água na comunidade. O mau cheiro proporcionado pelo esgoto, é forte, por exemplo, no Centro Esportivo. As águas pluviais também precisam ser equacionadas. Há talvegues (cursos d'água) na Rocinha que precisam de canaletas, para dar segurança às casas próximas quando chove forte. A questão do lixo também precisa ser equacionada.

Além do Centro Esportivo e da passarela, já ficaram prontos uma UPA; a reurbanização da Rua 4 e da área conhecida como Valão; 144 unidades habitacionais; e um Centro de Convivência - que ainda espera por equipamentos para ser inaugurado.

De acordo com o IBGE, a Região Administrativa da Rocinha foi a segunda em aumento percentual de população no Rio entre os Censos de 2000 e 2010 (23,11%). Os números oficiais informam que a favela passou de 56.338 para 69.356 habitantes.

[<volta>](#)

**Veículo: Estado de Minas**

**Data: 20/07/2011**

### **BRs fundamentais para o país aguardam obras**

Se os motoristas que passam pelas rodovias mineiras usarem o Plano de Transporte e Logística da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) para traçar seus trajetos, escolhendo apenas as vias seguras e sem necessidades de reparos apontadas pelo estudo,

ficarão com poucas opções para chegar ao destino. No relatório entregue no início do ano para o governo federal, o órgão apresenta os projetos considerados fundamentais para o país. Entre as grandes obras, como a duplicação da BR-381, entre Belo Horizonte e Governador Valadares, até as obras menores de recapeamento das pistas, são mais de 60 propostas com as licitações suspensas ou que permanecem fora dos planos para este ano. A infraestrutura rodoviária em Minas recebe várias sugestões dos técnicos da CNT, incluindo a duplicação de 10 trechos com grande circulação de veículos, a inclusão de faixas adicionais e a revitalização de quase 5 mil quilômetros de estradas. Essas medidas são destacadas como essenciais para acabar com gargalos e garantir maior segurança para as pessoas que usam as rodovias mineiras. Ainda estão presentes no estudo projetos para a construção do arco rodoviário de Belo Horizonte, o Rodoanel, que reduziria os congestionamentos ocorridos na via que atravessa a capital mineira. Outras obras, como a duplicação da BR-040, da BR-262 e da BR-381 também são recomendados.

A maioria das obras propostas ainda não teve licitações abertas em 2011 e outras que já foram iniciadas estão paradas por causa da suspensão dos processos licitatórios determinado pelo ex-ministro dos Transportes Alfredo Nascimento. A suspensão vale até o início de agosto, quando acaba o prazo de 30 dias definido pelo ministério. Para resolver os problemas de infraestrutura rodoviária em Minas, seriam necessários investimentos de R\$ 29,2 bilhões – valor que supera o que está programado para ser investido em todo o país durante o ano –, a construção de 1.720 quilômetros em novos trechos e a duplicação de 2.715 quilômetros (veja quadro).

Além das rodovias em más condições e novos trechos que aguardam a liberação de verbas para sair do papel, a falta de aeroportos e as estruturas limitadas dos setores hidroviários e ferroviários também são destacadas no relatório sobre a situação de Minas Gerais. Segundo a CNT, sete aeroportos precisariam ser ampliados, com investimentos de R\$ 2 bilhões, e outros quatro terão de passar por uma readequação nos terminais de passageiros para não ficar defasados nos próximos anos. Já nas ferrovias, a entidade propõe a construção de 1,4 mil quilômetros de novas linhas e a revitalização de outros 553 quilômetros nos trilhos, e, no setor hidroviário, são propostas medidas para aprofundar a hidrovia que atende a bacia do Rio São Francisco, além de obras na represa de Três Marias.

No país

Para o Brasil, são 748 projetos de transportes citados no estudo anual, o que exigiria um investimento superior a R\$ 400 bilhões em infraestrutura. O orçamento do Ministério dos Transportes para este ano é de R\$ 17,1 bilhões, longe do considerado necessário pela CNT. Até este mês, foram investidos cerca de R\$ 6,1 bilhões pela pasta, o que representa 35% do total dos repasses para a área. O relatório destaca que esses investimentos poderiam potencializar o desempenho na economia brasileira e acelerar o ritmo de crescimento do país. As deficiências no transporte rodoviário são apontadas como os principais entraves para avanços na eficiência econômica do país, já que as condições precárias elevam os riscos de acidentes e perdas mecânicas da frota.

[<volta>](#)

**Veículo: Estado de Minas**  
**Data: 20/07/2011**

### **Entidade avalia demora para execução de obras para a Copa no Brasil**

Representante das principais empreiteiras do país, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) diz que o Brasil perdeu o tempo da Copa do Mundo'2014 e que as obras

de infraestrutura não sairão do papel. Para o presidente da entidade, Paulo Safady Simão, "puxadinhos" serão improvisados para dar ares de obra feita. "É claro que vamos passar vergonha diante dos turistas", comentou. Em palestra ontem, em Belo Horizonte, ele afirmou ainda que nem mesmo o novo modelo de contratações, à espera da sanção da presidente Dilma Rousseff (PT), cumprirá o objetivo de acelerar as obras. Para ele, o sistema criará mais um problema: "O Regime Diferenciado de Contratações é um campo aberto à corrupção".

"Do ponto de vista de legado, morreu. Não tem mais o que fazer", disse Simão, em relação à Copa do Mundo, acrescentando que "a iniciativa privada não vai abraçar causa perdida". Para ele, o governo federal demorou para se mobilizar e estimular empreendedores. Entre os principais gargalos estarão os aeroportos. "Vão fazer um 'puxadinho' no aeroporto internacional de Confins, que precisava de um novo terminal. Os turistas só vão constatar uma coisa que já sabemos: os terminais não têm estrutura para recebê-los", afirmou Simão.

Presente na palestra de Simão, a gerente de atração de investimentos e turismo do Comitê Executivo da Copa em BH, Stella Kleinrath, destacou que a cidade está adiantada nas obras, citando a reforma do Mineirão, a duplicação Avenida Antônio Carlos e a construção de 12 hotéis. Mas, para Simão, grandes problemas continuarão sem solução: a expansão do aeroporto de Confins e a do metrô. "A Copa do Mundo vai se resumir a grandes arenas e a um sistema de comunicação perfeito, que é o interesse da Federação Internacional de Futebol (Fifa)", disse.

RDC Sob o argumento de acelerar as obras da Copa do Mundo'2014, o governo pressionou o Congresso pela rápida aprovação do RDC. Entre outras regras, o sistema autoriza o governo a não revelar o custo estimado das obras aos participantes da licitação. Enquanto o Executivo defende que as novidades evitarão "conluio" entre empresas, a Cbic diz que a medida acaba com a transparência nas contratações. "Se você faz opção por ocultar os preços, você está querendo dizer que alguém vai sair beneficiado com alguma informação que vazar", argumenta Simão.

Ele desaprova também o item que permite pregão para contratações. "É um absurdo, porque o governo está criando um risco muito grande de ter obra inacabada. Se o administrador público faz orçamento de R\$ 100 mil por uma obra e uma empresa oferece R\$ 80 mil por ela, será escolhido o menor preço. Mas quem garante que não haverá queda de qualidade ou até mesmo abandono da obra? Nenhum administrador vai ter peito para bancar obra mais cara", diz o presidente da Cbic. Ele esteve na Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas) para falar sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O presidente da ACMinas, Roberto Fagundes, afirmou que "o PAC praticamente não chegou ao estado", disse.

## **Saiba mais**

### **O que é o RDC**

*Incluído na Medida Provisória 527, o Regime Diferenciado de Contratação (RDC) é uma opção para as prefeituras, governos estaduais e a União usarem quando se tratar de uma obra destinada à Copa do Mundo de 2014 ou às Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. A principal inovação é a criação da "contratação integrada". A empresa contratada é responsável pelos projetos básico e executivo e a construção. A obra deve ser entregue à administração pública pronta para uso. Trocando em miúdos, o governo entrega apenas um "anteprojeto de engenharia" às empresas licitantes. A administração fará um orçamento interno, mantido em sigilo até o fim da licitação, usando valores estimados com base em preços de mercado ou já pagos em contratações semelhantes ou calculados de acordo com*

*outras metodologias. O orçamento sigiloso ficará em poder dos órgão de controle o tempo todo, mas só será revelado à sociedade após a licitação.*

[<volta>](#)

**Veículo: Estado de Minas**

**Data: 20/07/2011**

### **Moradores do Sion temem mudanças em projeto que altera classificação de ruas**

Está nas mãos dos 41 vereadores de Belo Horizonte decidir sobre o projeto que faz as primeiras mudanças na classificação de ruas e avenidas da capital. A prefeitura envia hoje à Câmara Municipal proposta de alteração em 68 vias da cidade, a maioria de residenciais para mistas, o que significa a possibilidade de instalação de empreendimentos de maior porte, como hipermercados, hospitais e shoppings. No caso do Sion, bairro que teria sete vias alteradas, segundo a proposta inicial, a prefeitura seguiu posição do Conselho Municipal de Políticas Urbanas (Compur) e incluiu no projeto mudança de um trecho da Rua Cristina, entre a Rua Grão Mogol e a Avenida Nossa Senhora do Carmo.

A possibilidade de alteração em um só trecho de rua do Sion representou certo alívio entre moradores do Sion e especialistas, mas a preocupação, agora, é com a tramitação do projeto na Câmara Municipal. "A mudança na Rua Cristina não desagrada, pois não causa nenhum impacto. A rua já tem um comércio instalado", diz a presidente da Associação dos Moradores e Empresários do Bairro Sion (Ame-Sion), Rosanne von Sperling. "Mas o que não podemos admitir aqui são shoppings, colégios. A nossa orientação é prestigiar um comércio de bairro, que não prejudica nossa qualidade de vida", acrescentou.

A reclassificação de ruas e avenidas da cidade é exigência da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo. Revisada no ano passado, a norma alterou os critérios que determinavam quais atividades econômicas eram permitidas em cada uma das ruas e avenidas da cidade. Em vez de considerar apenas o aspecto viário, a nova norma leva em conta a vocação das vias, classificando-as como preferencialmente residenciais, mistas e não residenciais.

Em princípio, vias de trânsito local, maioria na cidade, seriam automaticamente transformadas em residenciais, categoria que admite apenas o comércio de bairro, como padarias, lanchonetes e salões de beleza. Mas, na proposta de alteração da prefeitura, várias delas ganharam o título de mistas e, com ele, a possibilidade de receber empreendimentos de alto impacto, a exemplo de boates, comércio atacadista e outros vizinhos de peso, além do temor de moradores de vias afetadas.

A secretária municipal adjunta de Planejamento Urbano, Gina Rende, diz que as mudanças adaptam a classificação das ruas a uma realidade já existente. "A maior parte dessas ruas já não é residencial há muitos anos ou então está no transbordamento de grandes avenidas", defende. "O pedido para a alteração partiu principalmente de cidadãos. Mas quem vai decidir como as ruas vão ficar realmente é a Câmara" completa. Segundo ela, na Conferência Municipal de Política Urbana, em 2009, houve o entendimento de permitir usos e não haver mais áreas exclusivamente residenciais ou não residenciais na cidade.

### **Estratégia**

O líder de governo no Legislativo, vereador Tarcísio Caixeta (PT), afirma que, semana que vem, sentará com representantes da prefeitura para traçar a estratégia de como apresentar o assunto aos vereadores. "Vamos deixar os parlamentares o mais informados possível.

Faremos audiências públicas, reuniões e mostraremos qual a consequência disso para a cidade”, afirmou o parlamentar. Segundo ele, o assunto entrará em discussão em 1º de agosto, quando vereadores voltam de férias.

Especialistas e moradores, porém, prometem acompanhar de perto a discussão da proposta. “Quem nos garante que esse texto não receberá emendas? Nossa desconfiança ainda é grande”, diz a presidente da seção mineira do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-MG), Cláudia Pires. Camilo Neto, presidente da Associação Comunitária dos Bairros Padre Eustáquio e Minas Brasil, na Região Noroeste de BH, onde há proposta de alteração de uma rua, também diz que seguirá a tramitação. “Vamos procurar vereadores para que atendam de alguma forma nossos interesses”, afirmou.

Já no Carlos Prates, um dos bairros que concentra grande parte das mudanças, as alterações não são vistas com preocupação por moradores. “Acho que a nova classificação realmente só adequa à realidade, pois aqui só tem empresa de grande porte e topa tudo”, avalia a presidente da Associação dos Moradores da Vila São Francisco das Chagas, Letícia Ceribeli. “Não tenho uma padaria perto de casa. Espero que, com isso, supermercados e comércio em geral venham para cá”, acrescenta.

[<volta>](#)

**Veículo: Newslog**  
**Data: 20/07/2011**

### **Modelo de ferrovia é assunto de seminário**

São paulo - O novo modelo de ferrovia aberta para a malha que permitirá a utilização pública e transporte de outras cargas é o tema do seminário que reunirá os interessados em São Paulo, no dia 29 de julho, no Blue Towers Paulista Premium.

O foco do encontro é apresentar experiências nacionais e soluções jurídicas para solucionar os entraves de transição.

O novo modelo de administração do sistema de transporte ferroviário brasileiro acirra a corrida das empresas interessadas em construir, gerenciar e terceirizar os serviços da nova malha no País. O governo brasileiro está mobilizado, com o objetivo de ampliar as linhas férreas dos atuais 29 mil para 40 mil quilômetros de extensão até 2020.

O setor prevê que há mais de 700 obras a serem realizadas pela iniciativa privada, como concessões administrativas que levarão a maior competitividade.

Os palestrantes vão mostrar os impactos do novo modelo para concessionárias e usuários.

Mais informações, pelo telefone (11) 2155-0427.

[<volta>](#)

**Veículo: Portalntc**  
**Data: 20/07/2011**

### **Ramos Transportes planeja novo terminal de R\$ 50 milhões**

A Ramos Transportes, tradicional operadora de transporte de cargas fracionadas e encomendas, acaba de anunciar o investimento de R\$ 50 milhões, em parceria com a RB Capital, para seu terminal de cargas em Guarulhos (SP), entre as rodovias Dutra e Ayrton Senna.

Segundo a empresa, o projeto prevê a unificação dos três prédios da Ramos na região, o que permitirá a redução de custos operacionais, e toda a estrutura triplicará a capacidade operacional da transportadora.

O novo terminal terá área útil total de 50 mil m<sup>2</sup>, área de armazenagem e 18 mil m<sup>2</sup> de área de armazenagem, com capacidade para atender a até 160 caminhões por dia.

[<volta>](#)

**Veículo: Portalntc**  
**Data: 20/07/2011**

### **Logística de guerra para montar Belo Monte no Pará**

Bastaria camuflar máquinas e homens para que os primeiros movimentos que começam a se espalhar no entorno de Altamira (Pará) se confundissem com uma complexa operação do Exército. Não é nada disso. Mas o engenheiro Luiz Fernando Rufato prefere lançar mão de expedientes militares para definir o clima que passou a tomar conta das margens do rio Xingu. "Começamos uma campanha de guerra.

Estamos longe de tudo e temos prazo para garantir o trânsito livre na região. Nosso desafio se chama logística, e nós começamos a enfrentá-lo", diz.

Rufato é diretor de construção do consórcio Norte Energia, grupo de empresas responsável pela construção da hidrelétrica de Belo Monte. Há dez dias, as primeiras máquinas que abrirão caminho até os pontos onde serão instalados os canteiros de obra desembarcaram no município de Vitória do Xingu. São as primeiras ações práticas depois que o Ibama liberou a licença de instalação da obra e virou a página de 35 anos de alterações de projeto, protestos e críticas sem fim.

Os primeiros funcionários já estão em treinamento, aprendendo em videogames como operar caminhões, retroescavadeiras. Hoje são algumas centenas de homens trabalhando em um pequeno centro de treinamento, em Altamira. Em três anos, haverá 22 mil pessoas distribuídas em três canteiros de obra, no meio da mata da Volta Grande do Xingu, a cerca de 80 quilômetros dali.

Os canteiros pioneiros, montados com tendas e ar condicionado, começaram a ser erguidos no meio da mata. Funcionários passarão seis meses nessas bases provisórias, para construir os três canteiros definitivos e quatro refeitórios que, juntos, terão capacidade de produzir 70 mil refeições por dia.

A complexidade logística de Belo Monte, empreendimento orçado em R\$ 26 bilhões, vai exigir todo o tipo de obra viária para que, durante seus nove anos de construção, o

empreendimento transcorra como planejado. Para tanto, o aeroporto de Altamira terá de ser ampliado e a rodovia Transamazônica, finalmente pavimentada. Outros 400 quilômetros de estrada serão abertos. No rio Xingu, o consórcio vai construir um novo porto, para apoiar a chegada de máquinas pesadas, parte delas vindas de outros países.

Para reduzir dificuldades, o consórcio construtor tem priorizado a contratação de quem vive na região. Mais de 13 mil pessoas se cadastraram para trabalhar na obra. Dessas, só 287 não são da região. "O ideal seria contratar as 22 mil pessoas nos municípios próximos da obra, mas não será possível. Por isso, vamos treinar e contratar todos que conseguirmos", diz Rufato.

Na cabeça dos gestores de Belo Monte está a preocupação de evitar os problemas que macularam as obras das usinas do Madeira, em Rondônia, além de dar uma resposta positiva à enxurrada de críticas que prevê o caos social, com a chegada de milhares de pessoas a uma região que é carente de todo o tipo de serviço básico. Nos canteiros, estão previstos quartos com camas individuais, e não beliche. Os locais terão casa lotérica, caixa bancário, templo religioso, centros de lazer, lan house e lanchonete vendendo de tudo, inclusive, cerveja. "E com álcool", completa Rufato. "Se você não consegue controlar algo, não adianta proibir. Mas quem quiser, vai ter de pagar um preço alto."

[<volta>](#)

**Veículo: Portogente**

**Data: 20/07/2011**

### **Aeroporto de Fortaleza recebe licença de instalação para obras de ampliação**

Brasília, 19 de julho de 2011 - A Infraero recebeu nesta terça-feira (19/7), da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace), a licença ambiental de instalação para as obras de reforma e ampliação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Fortaleza/Pinto Martins (CE).

A certificação dá à Infraero permissão para iniciar os trabalhos de melhorias do aeroporto para a Copa do Mundo de 2014, que englobam a ampliação, reforma e modernização do Terminal de Passageiros, a adequação do sistema viário e a ampliação do pátio de estacionamento de aeronaves e obras complementares. "A licença, além de garantir o início das obras, atesta o atendimento da Infraero à legislação ambiental em vigor", notou o superintendente do aeroporto, Wellington Santos.

Estão previstos investimentos da ordem de R\$ 349,71 milhões para as obras. O planejamento prevê os trabalhos em duas etapas, sendo que a primeira fase estará pronta até o final de 2013, proporcionando aumento de 2,8 milhões na capacidade atual de Fortaleza, passando a 9 milhões de passageiros por ano. A segunda etapa tem previsão de conclusão em 2016 e aumentará a capacidade operacional para 14,2 milhões de passageiros por ano.

[<volta>](#)

**Veículo: Portogente**

**Data: 20/07/2011**

### **Governo reunirá bancada federal para discutir recursos para os portos de Paranaguá e Antonina**

Os projetos de ampliação dos portos de Paranaguá e Antonina somam R\$ 2,5 bilhões

O governador em exercício disse que o esforço junto ao governo federal deve incluir também a busca de recursos para as obras de melhorias nas vias de acesso ao Porto de Paranaguá.

O governo do Paraná vai promover uma reunião com a bancada paranaense de deputados federais e senadores para pedir união e apoio na busca de recursos do governo federal para os portos de Paranaguá e Antonina. A afirmação é do governador em exercício do Paraná, Flávio Arns, que esteve na última quinta-feira (14) em Paranaguá e visitou a sede da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), onde foi recebido pelo superintendente Airton Vidal Maron.

“É muito importante que todos os projetos do Paraná sejam debatidos com os deputados federais e com os senadores. O governador Beto Richa já tem feito isso e vamos reforçar o trabalho com relação ao Porto. É importante termos toda a bancada de deputados federais, estaduais e de senadores, além das forças produtivas, sociais e ambientais do nosso Estado, unidas em favor deste projeto tão importante para o Paraná e para o Brasil”, afirmou o governador Flávio Arns.

Além de acompanhar uma apresentação dos projetos de modernização e ampliação dos portos de Paranaguá e Antonina, Arns visitou o cais do Porto de Paranaguá. “O momento que estamos vivendo é bom, temos perspectivas de crescimento concretas e acreditamos que vamos ter avanços bastante significativos. Envolver toda a bancada paranaense com o objetivo de ajudar o Porto de Paranaguá a obter estes recursos do governo federal é essencial para o nosso sucesso”, disse o superintendente Airton Maron.

O governador em exercício disse que o esforço junto ao governo federal deve incluir também a busca de recursos para as obras de melhorias nas vias de acesso ao Porto de Paranaguá. “Este é um projeto essencial para dar tranquilidade e segurança a todos os produtores paranaenses, O governo Beto Richa tem um compromisso com o Paraná para que o porto se modernize, se estruture e atenda não somente as necessidades do Estado, mas do País”, disse.

Os projetos de ampliação dos portos de Paranaguá e Antonina somam R\$ 2,5 bilhões, que estão sendo pleiteados ao governo federal. No início desta semana, deputados que integram a Subcomissão Permanente dos Portos e Vias Navegáveis, da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, estiveram em Paranaguá para conhecer os projetos da Appa, identificar as prioridades e sugerir obras para serem incluídas no Plano Plurianual do governo Federal.

[<volta>](#)